

# Os ingressantes das profissões jurídicas: um estudo de trajetórias

Ricardo Visser <sup>1</sup>

Gustavo Siqueira <sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo tem como principal propósito apresentar os resultados de uma pesquisa com oito entrevistados, realizada com profissionais do Direito, cuja característica principal é a ausência de antecedentes familiares em profissões com curso superior. Primeiramente buscou-se uma definição conceitual e metodológica da pesquisa qualitativa, bem como seu enquadramento amostral, e em seguida adentrou-se na caracterização dos perfis encontrados a partir de suas trajetórias. A pesquisa delineou três variáveis de interesse dentro do questionário semiestruturado utilizado: a dimensão familiar, a educacional e a profissional. Na seara familiar, investigou-se como o acesso ao curso e às profissões com nível superior comumente envolve certo distanciamento em relação à trajetória dos pais. Também pesquisamos as principais dificuldades educacionais narradas pelos entrevistados. Em seguida, perquirimos suas trajetórias no ensino superior, procurando entender de maneira articulada os obstáculos materiais e culturais narrados. Assim, tentamos desenhar os limites e possibilidades dos ingressantes dentro das profissões jurídicas. Conclui-se que o conjunto de dificuldades narradas não pode ser compreendido de maneira fragmentada, uma vez que produzem efeitos agregados para o público. Por fim, procuramos compreender as maneiras de inserção profissional. Encontramos duas maneiras gerais: o autônomo, que congrega tanto os que abrem seus próprios escritórios quanto os assistentes jurídicos paralegais, e os empregados de carteira assinada em órgãos privados e públicos. Verificou-se que não há uma única forma de inserção profissional, uma vez que os ingressantes não se encontram necessariamente em condição de precariedade laboral. Não que ela não exista, mas não se configura uma condição geral de todos os entrevistados e parece estar mais próxima dos assistentes jurídicos paralegais, que ainda buscam passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Embora os perfis não esgotem esse estrato social, o intento foi desenhar suas principais dificuldades e conquistas, demonstrado o acesso estratificado às carreiras jurídicas no Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutor pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pós doutor pelo programa de pós-graduação em Direito pela Universidade do estado do Rio de Janeiro, é professor adjunto da Universidade Federal de São João del Rei. *E-mail*: ricardovis@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor associado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Estácio de Sá. *E-mail*: gsique@gmail.com.

## Palavras-chave

ingressantes; desigualdade social; profissionais do Direito.

## Abstract

This article elects as its main purpose to introduce first-hand results of a qualitative research conducted with eight interviewees who are legal professionals, and their main characteristic is that their parents and relatives have low educational levels and perform jobs which do not require higher education. Firstly, the main intention was to seek a theoretical and methodological definition for the qualitative research as well as the characterization of the sample. In the following step, we portrayed the interviewees taking their trajectories as a reference. In order to do so, we took mainly the family background, educational and professional socialization into account. With regard to the family background, the access to professions, which require the bachelor degree is perceived by the public as a distancing in rapport to their parents' trajectories. At the level of the experiences at the university, we tried to comprehend, in an integrated manner, the material and cultural obstacles encountered by the researched public. The research noted that the constellation of hardships described could not be understood in a fragmented way, because they produce an aggregated effect for the interviewees. Finally, we tried to understand the modes of professional placement. The researchers found two main profiles: the self-employed lawyers, which include those who start their own firms as well as the paralegal assistants, and professionals who are formally employed in public and private organizations. Moreover, the empirical research found that there is no single form of professional placement in which precariousness would represent the sole condition. Although precariousness should not be forgotten, it cannot be generalized for all the interviewees, whilst it was mainly observed amongst the paralegal assistants, who still struggle with the bar exam. The main objective was to analyze the unequal and stratified access into the domain of legal professions in Brazil.

## Keywords

entrants; social inequality; legal professions.

## Introdução

A principal finalidade deste artigo é analisar oito<sup>3</sup> entrevistas de profissionais na área jurídica cujos perfis apresentam similaridades no tocante à origem social, às experiências e dificuldades durante o ensino superior, bem como aos modos de inserção no mercado de trabalho.

Pode-se afirmar que se trata de um público “ingressante”, porque seu perfil é composto majoritariamente por indivíduos cuja origem familiar é marcada pela ausência de um contato prévio com o ensino superior e as profissões jurídicas. Procuramos então responder a dois questionamentos: cursar a Faculdade de Direito no Brasil proporciona uma mudança de classe? Ou a Faculdade de Direito simplesmente reproduz, na formação dos seus quadros, as desigualdades na origem social?

Primeiramente apresentaremos os relatos a respeito do contexto familiar e sua interconexão com estímulos educacionais. A ideia também é compreender se há o contato prévio com familiares que exerçam profissões jurídicas ou se há formas de identificação ou coerção que fomentem a formação de um patrimônio de disposições que valorizem as práticas e a cultura escolar (LAHIRE, 2002).

Em seguida, iremos apresentar as principais experiências e dificuldades encontradas pelos ingressantes durante o ensino superior. Elas não devem ser pensadas isoladamente, mas em seu efeito agregado, pois circunscrevem o contexto no qual os ingressantes se inserem.

Na terceira seção, dispostemos os relatos a respeito dos modos de inserção e expectativas profissionais observadas.

Com a apresentação dos relatos qualitativos, promoveremos uma discussão a respeito dos mesmos e uma apresentação de alguns dados gerais sobre a expansão dos cursos de Direito no Brasil, seguida de uma conclusão.

## Metodologia e dados

As oito entrevistas mobilizadas a seguir são parte de um projeto maior chamado Radiografia do Brasil contemporâneo, realizado entre 2015-2016 no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (NATALINO; LOPES, 2020). A pesquisa realizou um mapeamento das classes sociais e seus ambientes, assim

---

<sup>3</sup> As informações socioeconômicas sobre os entrevistados encontram-se no Apêndice A. Em função da ética de pesquisa, os nomes dos entrevistados foram alterados.

como as maneiras pelas quais os diversos agrupamentos lançam mão de visões de mundo e representações sociais. O projeto contou com uma amostra intencional (N=632), objetivando investigar como narrativas individuais se norteiam em função de modos objetivos de socialização. As entrevistas em profundidade realizadas se interligam por meio de atributos sociais dos entrevistados (raça/escolaridade/território/renda/sexo). Ocupação e moradia foram os principais critérios utilizados na seleção dos entrevistados (NATALINO; LOPES, 2020).

A partir dessa amostra maior, elaboramos um cadastro com os profissionais do Direito (N=57), contendo seus principais dados socioeconômicos. Para o artigo, selecionamos as entrevistas semiestruturadas de acordo com os parâmetros da definição socioeconômica de classe proposta por Alcides (2005). Essa categorização permitiu dar um tratamento homogêneo às entrevistas, dado seu elevado volume. Desta maneira, as oito entrevistas a serem apresentadas correspondem ao estrato mais baixo da amostra com os profissionais do Direito.

No público dos 57 entrevistados, os rendimentos líquidos variam entre R\$ 1.000 a R\$ 100.000. A despeito de a renda ser um critério que, se levado exclusivamente em consideração, tende a simplificar a análise, ela detém um significado comparativo nada desprezível. A renda dos sete ingressantes entrevistados varia entre R\$ 1.380 a R\$ 8.000. Muito embora R\$ 8.000 seja uma alta renda, nosso banco de dados total exibe faixas de renda de até R\$100.000, sendo que nenhum dos ingressantes aqui mobilizados figura entre aqueles situados nessas faixas superiores de remuneração. Nossa pesquisa com profissionais da área jurídica ainda conta com outros dois perfis: magistrados de primeiro e segundo grau, além de sócios de escritórios de maior porte (VISSER; SIQUEIRA, 2020; VISSER; SIQUEIRA, 2022). Isso assinala, pelo menos, a raridade da presença de indivíduos com essa origem social nas faixas mais altas da distribuição de renda. A faixa etária varia entre 23 a 56, e as entrevistas do estrato dos ingressantes foram conduzidas no Rio Grande do Sul (RS) e no Rio de Janeiro (RJ) no biênio 2015-2016.

Das oito entrevistas mobilizadas, uma delas, a de Miguel, não pertence ao agrupamento que estamos denominando ingressantes. Ele é filho de um advogado estabelecido na região Sul do país e sócio herdeiro do escritório de sua família. A escolha de tal entrevista serve de controle e contraponto às experiências observadas nas trajetórias dos ingressantes. Com isso, controlam-se as diferenças que poderiam ser atribuídas à faixa etária dos entrevistados.

Do mesmo modo, nosso foco de análise se concentra no intercâmbio entre contexto familiar, trajetória educacional e inserção profissional, buscando uma aproximação com certas circunstâncias observadas em meios populares (LAHIRE, 2012). Com isso, esperamos contribuir na construção de um conceito de classe social que englobe as múltiplas dimensões do estilo de vida, escapando à determinação exclusiva de uma dimensão sobre as outras. A partir desse procedimento metodológico, podemos analisar com maior precisão a complexidade da desigualdade social e sua dinâmica com a contingência.

A elaboração do questionário semiestruturado teve como finalidade não apenas a coleta de visões conscientes dos entrevistados. Ao invés disso, optamos por uma conversa guiada, na qual os entrevistadores treinados misturam distanciamento e engajamento durante o decorrer da entrevista. Intentamos então a captação dos aspectos pré-reflexivos da narrativa dos agentes, uma vez que estes não possuem completo controle sobre suas ações e decisões. Assim, encaixamo-nos na tradição da sociologia disposicionalista (BOURDIEU, 1979; LAHIRE, 2002), buscando compreender a emergência de práticas e representações coletivas a partir de tendências para ação que não são totalmente conscientes aos agentes em seus contextos.

A apreciação dos dados também se orientou pela *grounded theory* (CORBIN; STRAUSS, 1990), colocando os questionamentos iniciais em aberto, de modo a servirem como pontos de partida para a pesquisa. A verificação de padrões discursivos e sua tipificação ocorreu por meio da comparação sistemática dos dados, uma vez que tais padrões emergiam da contínua comparação entre as entrevistas. Atentamos tanto aos padrões discursivos quanto à sua diversidade interna. Assim, foi possível aliar descrição à compreensão dos dados.

## **O contexto familiar e estímulos educacionais**

A contextualização dos excertos apresentados a seguir se refere ao fato de que os entrevistados, à exceção de Miguel, são a primeira geração de suas respectivas famílias a ingressar no ensino superior. As passagens ilustram a interpenetração entre o contexto familiar e a trajetória educacional (Quadro 1).

### Quadro 1 - Contextos familiares e estímulos educacionais

<p>Marcio, nov. 2015</p>	<p>Eu quis uma condição financeira melhor... Então... Eu vim de uma família de classe baixa, né. A gente morava na COHAB... Então, a gente não tinha um padrão de vida tão legal. Eu não queria isso pro resto da minha vida. Eu e meu irmão fomos criados largados. E a forma de crescimento na minha ótica vinha através do estudo.</p> <p>Meus pais não são parâmetro para estudo, né... A minha mãe, principalmente, sempre me mostrou que era importante estudar. Ela sempre me incentivou a estudar, mas acho que... fora ela, quem me estimulou a estudar fui eu mesmo, porque eu queria uma realidade diferente.</p>
<p>Vitor, nov. 2015</p>	<p>Até a oitava série eu era bem dedicado. Aí no ensino médio eu vejo que decai, mas sempre me mantendo na média. Eu tirava nota pra passar, mas o colégio não era algo que eu me dedicava exclusivamente. Até a quarta série a minha mãe participava, mas depois me deixou solto. Eu estudava em colégio particular, mas com bolsa.</p> <p>Pergunta – Sua família tinha uma situação financeira estável?</p> <p>Não, teve uma época que foi bem difícil, meu pai perdeu o emprego, mas depois conseguiu um ganhando abaixo do salário-mínimo. Aí, meus avós ajudavam.</p> <p>Acho que eu herdei um pouco de comodismo com relação aos estudos da minha mãe e meu pai...</p>
<p>David, nov. 2015</p>	<p>Minha mãe trabalhava o dia todo. Só que ela não tava conseguindo: se a gente dizia “não quero ir” (à escola), ela tentava nos levar para a aula e não conseguia, ela precisava trabalhar também, não podia ficar perdendo tempo com a gente.</p> <p>Estudei em escolas públicas boas, não tinha falta de professor nem greve. Quando entrei no ensino médio, foi uma fase ruim, porque meus pais se separaram. Então viemos morar com o pai, que era da reserva do exército e tava sempre em casa.</p> <p>Com relação aos estudos, a gente era demandado pra fazer o que era pedido, não tinha grandes estímulos. Meus pais nunca pensaram o que queríamos de carreira, nunca perguntaram...</p>

Anderson, nov. 2015	<p>Decidi por Direito porque tive influência da minha irmã, ela é advogada, ela formou na faculdade exatamente quando eu estava formando no ensino médio, eu tive que decidir se ia trabalhar ou continuar estudando.</p> <p>Minha mãe era cozinheira, trabalhava como funcionária do Estado. Hoje é inspetora e meu pai é carpinteiro. Na escolha da profissão, eu não tive influência dos pais.</p> <p>Ah sim, ninguém em casa sentava comigo porque o fato da minha mãe trabalhar na escola eu acabava ficando mais tempo na escola e aproveitava esse tempo que eu estava na escola. Para fazer um dever de casa ou alguma tarefa para fazer, eu ficava na biblioteca pra fazer e sempre tinha quem ajudava, alguém ficava... trabalhava na escola alguma orientadora.</p> <p>Pergunta – Como era a vida financeira na sua família?</p> <p>Eu vi que era muito difícil... É porque meus pais administram muito bem o que eles ganhavam. Por ter três filhos dentro de casa, eles pagavam “todas contas” sozinhos e ninguém ajudava em nada, eu só dava despesa, então a gente aprendeu a cortar, com o tempo, alguns gastos, algumas coisas, temos controle sobre as coisas e dá valor mais ao dinheiro.</p>
Paulo, nov. 2015	<p>Papai nunca foi assim uma pessoa com visão pra... uma coisa que eu tenho de diferente do papai, papai nunca teve uma visão assim de crescer não, ele tava tocando aquela vidinha dele e tá bom. Eu não, eu tenho vontade de crescer e ajudar os outros crescer (...). ”.</p> <p>Papai tinha uma mercearia, né, aí eu comprava as coisas no mercado de cebola, essas coisas, eu que pegava a... eu tinha uma bicicleta de carga aí eu pegava as coisas, separava, botava na bicicleta de carga e levava pra casa do comércio dele. Ficava lá ajudando no comércio, papai no tempo de você amadurecer banana (...). Então eu ficava lá montando “aqueles troço”, trabalhava pra caramba, nossa. Aí de madrugada, 4 horas da manhã você tinha que começar pra pegar as coisas.</p>

<p>Berenice, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Como era a divisão de tarefas na sua família?</p> <p>Todo mundo ajudava. Tínhamos três quartos, dos meus pais, meu e da minha irmã, do meu irmão e do meu outro irmão. E não só as tarefas diárias mas também as tarefas financeiras. Dois eram responsáveis pela conta de telefone, dois eram responsáveis pela conta de luz, meu pai responsável pela alimentação, toda vida foi assim, se um pegava dinheiro emprestado com o outro, no outro mês já estava ali pagando. (...) Eu comecei a trabalhar com 14 anos, eu tive uns 6 empregos.</p> <p>Pergunta – O que você herdou dos seus pais e o que você tentou fazer diferente deles?</p> <p>Eu herdei o trabalho e a honestidade. O que tentei fazer de diferente foi estudar.</p>
<p>Miguel, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Seus pais te cobravam com relação à escola?</p> <p>Eu estudei em duas escolas. Mudei pra segunda na 8ª série porque os meus pais e eu também estávamos preocupados com o vestibular. Então este segundo colégio era forte no quesito do ensino formal, tinha tradição.</p> <p>Eu nunca tive uma cobrança forte dos meus pais. Não sei de onde vem isso, porque eu sempre tive um grande senso de responsabilidade.</p> <p>Na adolescência eu saía, ia pro sítio do meu pai, fumava beca e bebia. Depois fiz intercâmbio pra Califórnia pra melhorar meu inglês e ter uma experiência internacional.</p>

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Os relatos demonstram as circunstâncias familiares e escolares nas quais nossos entrevistados se encontram. De modo geral, a vida financeira das famílias do nosso público pesquisado não é abastada. No entanto, não há relatos sobre necessidades econômicas extremas como fome, abandono ou ausência de moradia. Em certos momentos, verifica-se que instabilidades financeiras dificultam projetos e expectativas futuras.

Ademais, uma boa parcela dos entrevistados cita que os pais não se constituem como referências práticas e palpáveis para avançar aos estudos superiores. Eles são os primeiros em suas respectivas gerações a iniciar o curso superior. No entanto, essas circunstâncias não significam a total ausência de estímulos. O fato é que eles podem surgir, mas permanecem difusos e esparsos.



O caso de David chama atenção, pois reconhece que estudou em boas escolas da rede pública, o que pode vir a atenuar desvantagens familiares de origem. Por outro lado, notamos que a família de Miguel exibe uma preocupação visivelmente estratégica em relação ao futuro escolar (a transição do ensino médio ao superior), dado que seus pais e ele próprio decidem por uma instituição escolar mais forte no preparo para o vestibular. Ele também se destaca por sua experiência em intercâmbios internacionais e estudo de línguas estrangeiras, além de sua família de origem gozar de uma condição financeira consideravelmente mais abastada e estável.

## Experiências e dificuldades no ensino superior

Nesta seção, apresentamos alguns relatos sobre experiências no ensino superior. Novamente, à exceção de Miguel, o público entrevistado espontaneamente explicita um conjunto de dificuldades observadas em sua experiência no ensino superior (Quadro 2):

**Quadro 2 - Experiências e dificuldades no ensino superior**

<p>Marcio, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Já pensou em desistir do curso de Direito enquanto estudava?</p> <p>Bah... várias vezes. Tipo principalmente pela questão financeira, sabe? Porque... pô... É terrível, né? A gente não vê retorno tão cedo. Tá entendendo? Então é difícil tu tentar se manter. Porque não é só a mensalidade, tem o transporte, tem a alimentação... Fazendo tudo na rua, sabe? É complicado, viu? Eu diria que estudar no Brasil não é nada fácil.</p> <p>Pergunta – Quais foram suas principais dificuldades?</p> <p>Tive muito problema com o português, por exemplo, né. Na faculdade, no primeiro semestre, tem uma cadeira de português e eu quase rodei... Foi horrível. Na faculdade eu vi que o meu ensino não foi o que deveria ter sido. Eu via até como parâmetro a Joana (colega de trabalho), que estudava em escola particular, e nós temos a mesma idade. Então o que ela tinha em escola particular eu nunca aprendi. E na época eu até peguei as provas da UFRGS, provas anteriores, né, para dar uma olhada e bah! Eu não vi nada disso no colégio!</p>
------------------------------	--

<p>Vitor, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Como foi entrar para a faculdade? Foi difícil?</p> <p>Na faculdade que eu entrei era mais fácil. A prova era só uma redação. No início eu me apavorei, porque achava que ia ter que comprar livros, mas depois vi que não era necessário.</p> <p>Eu já trabalhava quando passei no vestibular. Aí, meu pai pagava a mensalidade e eu pagava a passagem e o resto.</p> <p>Teve uma época que eu consegui o FIES, que foi numa época de bastante dificuldade financeira porque meu pai não estava conseguindo adimplir a faculdade. Aí pedi ao meu tio para ser meu fiador no FIES.</p> <p>Pergunta – Essa rotina de trabalhar e estudar era difícil?</p> <p>(...) Algumas vezes era mais difícil, ficava mais pesado, mas tu vai se acostumando (...). Só às vezes tu nota que tu queria estudar um pouco mais alguma coisa, e tu não tem tempo pra isso. Só que isso vale também da organização assim, não chegava a ser bem complicado assim, tinha como se organizar pra estudar, pra trabalhar, dava pra me organizar.</p>
<p>David, nov. 2015</p>	<p>Pergunta - Alguma pessoa te influenciou a cursar Direito?</p> <p>Os meus pais não fizeram curso superior, quase ninguém da minha família fez curso superior, então não tinha esta tradição, algo que tem muito no Direito.</p> <p>Pergunta – Você tinha dificuldade pra estudar durante o curso de Direito?</p> <p>No início não, mas depois começou a ficar muito difícil. No final do curso era estudar da meia-noite às três pra fazer a prova no dia seguinte às 07 e ir pro estágio.</p>
<p>Anderson, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Como foi o início do curso de direito pra você?</p> <p>Fui trabalhar dando aula de orientação em casa mesmo para ajudar no orçamento. Eu não pagava faculdade, quem pagava eram os meus pais. Eu só ajudava com o que eu podia na época, depois eu consegui um estágio na área mesmo, trocando de estágio de acordo com o que achava melhor na época e depois eu terminei a faculdade fazendo estágio.</p> <p>(...) Eu comecei a trabalhar foi com 17 anos, no mesmo período que entrei na faculdade, eu terminei o ensino médio e eu vi que eu precisava fazer alguma coisa pra ter dinheiro. As despesas iam aumentar consideravelmente e eu não ia ter como, por exemplo, bancar meu material escolar, pois meus pais não têm condições de pagar faculdade e bancar o material escolar ao mesmo tempo.</p>

<p>Paulo, nov. 2015</p>	<p>Pergunta - O senhor falou que começou a faculdade de Direito com 49 anos, né? Por que o senhor decidiu começar?</p> <p>Rapaz, eu fui militar né, fui policial militar durante 19 anos, aí eu dei uma de aventureiro, de loucura do ser humano né, e acabei saindo da PM, dois anos depois eu “tava” trabalhando encontrei com um amigo meu que trabalhou na PM comigo, aí esse amigo meu ele tinha se formado em Direito.</p> <p>Aí começou o vestibularzinho que fazem pra faculdade particular, aí fui lá pra ver que bicho vai dar. Aí fui lá fazer, passei, completei meus 5 anos direitinho sem nenhum sobressalto, né. Os cinco anos certinho de faculdade eu cumpri todos eles. Então dei sorte. E me dediquei também, né. 5 anos. Antes de terminar a faculdade também passei na OAB e fui dando sorte, muita sorte né. Sou apaixonado por direito. Eu gosto de direito, a cada dia mais aventura aparece, o meu escritório tá bonzinho, já tá montado, então. Tá dando pra ganhar dinheiro ainda não, mas vou ganhar dinheiro</p>
<p>Douglas, nov. 2015</p>	<p>Pergunta - Quando você começou a pensar no Direito?</p> <p>Eu nunca tive parente próximo, né, mas sempre vi e gostei. Eu também pensei na questão financeira, pensava que todo “advogado era bem-sucedido”, mas hoje a gente vê que não é assim.</p> <p>(...) O campus da PUC-RS mudou, foi pra zona norte e aí ficou mais difícil porque eu tinha que pegar dois ônibus e a passagem extra pesa no bolso. Naquela época ainda não tinha lei do estágio, então eu ainda trabalhava o dia inteiro.</p>
<p>Miguel, nov. 2015</p>	<p>Pergunta - Como foram suas escolhas de curso superior?</p> <p>Meus pais não me pressionaram, mas acho que pela convivência com meu pai, a profissão dele era a referência que eu tinha. Desde o colégio eu queria fazer Direito.</p> <p>P - No início da faculdade você trabalhava? Como foi a experiência no curso de Direito?</p> <p>Eu trabalhava como office-boy de carteira assinada, mas precisava de grana. Meus estágios foram para aprender, eu tive essa sorte, eu sei disso. Eu sabia que o meu lugar aqui no escritório estava garantido.</p> <p>(...) O curso em si não foi difícil, mas tinha a sensação que muita gente se forma sem saber nada.</p> <p>(...) Aí, quando eu fui fazer o trabalho de conclusão de curso, eu vim aqui pro escritório pra ter mais liberdade pra estudar.</p>

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Gastos periféricos às mensalidades (passagem, alimentação, custos com livros), preocupações financeiras durante o curso de Direito, dificuldades em incorporar o vocabulário formal jurídico, com a escrita formal – o que Bourdieu e Passeron (1970) chamariam de capital educacional lacunar –, assim como preocupações práticas com o rendimento financeiro futuro da profissão, não constituem situações isoladas, mas conformam o prisma circunstancial dos entrevistados. Assim sendo, faz-se necessário compreender sua condição relacionando o conjunto dos aspectos e dificuldades narrados.

Por fim, pontuamos a presença da referência familiar direta na inclinação na decisão de Miguel em cursar Direito. Em contraste, os outros entrevistados admitem não ter claras referências familiares pregressas, o que não os exime de receber apoio familiar. No entanto, para Miguel, há muito mais naturalidade e liberdade relativa (BOURDIEU, 1979) em seu ingresso na advocacia em função de saber que seu “lugar estava garantido”.

## **Inserção e expectativas profissionais**

Em relação à inserção profissional e à construção das expectativas do público estudado, as entrevistas revelam uma gama de temáticas de central importância. Há dois perfis gerais de inserção: o primeiro é constituído por advogados autônomos que ou abrem seus próprios escritórios (Vitor, Berenice, Márcio e Paulo), ou prestam serviços sem carteira assinada para escritórios maiores (Anderson). Faz-se necessário notar ainda que Márcio é sócio de um escritório estabelecido, cujo herdeiro familiar é Miguel<sup>4</sup>. Noutro agrupamento, observamos advogados que trabalham como empregados de carteira assinada, como Douglas e David. Segundo os relatos, a contratação de advogados com carteira assinada parece ser prática incomum nas descrições dos entrevistados.

---

<sup>4</sup> O pai de Miguel, hoje aposentado, acolheu Márcio em seu escritório após este se formar no curso de Direito. Ele trabalhava como *office boy* no mesmo escritório e foi estimulado pelo pai de Miguel a cursar Direito, sendo até mesmo seu fiador no crédito estudantil.

### Quadro 3 - Inserção e expectativas profissionais

<p>Marcio, nov. 2015</p>	<p>Como foi sua trajetória aqui no escritório?</p> <p>Comecei a trabalhar no escritório com 14 anos de idade. O dono do escritório insistiu pra que eu cursasse Direito. Eu não tinha dinheiro pra pagar e ele foi meu fiador no FIES. Hoje em dia eu atuo na área criminal e cível.</p> <p>Quais são suas expectativas?</p> <p>Aqui, eu sou sócio, e a minha visão é expandir o escritório e ter um reconhecimento daqui a 20 anos.</p>
<p>Vitor, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Você atua em qual área?</p> <p>Assim... Todas, né. A gente (refere-se ao escritório) só não pega tipo Tributário, mas o resto... Cível, Trabalhista, sim.</p> <p>Pergunta – Você está começando um escritório, não é verdade? Como está sendo?</p> <p>Há certa dificuldade. Não chega a ser uma dificuldade extrema porque a gente tem dificuldade em alguns pontos, como a inexperiência, a gente tem que correr atrás de clientes, correr atrás de amigos para dar uma dica. É difícil também porque eu estava trabalhado em escritório e não estava gastando. (...) Agora tem uma ajuda do meu avô que paga o aluguel da sala.</p>
<p>David, nov. 2015</p>	<p>Pergunta - Você pode falar sobre como é seu emprego atual?</p> <p>Então, atualmente eu trabalho como secretário de desembargador. Literalmente caiu no meu colo. Um amigo meu de faculdade, cujo tio ou tia é casado ou casada com alguém da família. Ele não pôde por causa dessa ligação familiar e me indicou.</p> <p>Mas, na verdade, eu não ando muito satisfeito lá. Tô lá só pra fazer um pé de meia porque você fica dependente do chefe, se ele mandar você buscar o filho dele na escola, você tem que ir. Além disso, é uma concorrência gigantesca, se ele te manda embora, no dia seguinte tem 200 pessoas batendo na porta pra pegar sua vaga, então é muita pressão.</p>

<p>Anderson, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Como é sua jornada de trabalho?</p> <p>Eu trabalho metade do período, então normalmente eu venho pra cá na parte da tarde, horário que a gente consegue fazer mais coisas, eu tomo conta da agência do escritório, tomo conta das publicações, das comunicações do escritório, tomo conta dos processos do escritório pra dar andamento. Faço atendimento de cliente também, então tento dividir tempo de trabalho com essas tarefas, se tiver cliente eu atendo cliente, eu tento conferir as publicações de alguma coisa urgente,</p> <p>Quais são suas expectativas pro futuro?</p> <p>Eu quero fazer um concurso público, eu quero fazer algum concurso na área de procuradoria, eu gosto muito do direito público. Mas eu não teria condições de pagar um cursinho preparatório ou fazer uma pós-graduação, alguma coisa que me preparar pro concurso sem trabalhar. Então obrigatoriamente eu tinha que trabalhar depois da faculdade para poder sustentar esse estudo, mas tá sendo mais difícil do que imaginava, porque eu já tô trabalhando desde o ano passado e ainda não consegui achar o curso que caiba no meu orçamento de hoje e outras coisas, e outras prioridades que eu coloquei no caminho também não consegui concluir.</p>
<p>Paulo, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Em quais áreas o Sr. atua?</p> <p>Tô trabalhando com criminal, que gosto muito, mas agora tá surgindo muito trabalhista com essa crise financeira grande, né, tem muita empresa dispensando muito funcionário, tá dando muito processo trabalhista.</p> <p>Pergunta – Por que essa preferência por criminal?</p> <p>É uma aventura, né? Uma aventura. E o ruim do criminal é que o criminalista é um camarada não é bem-visto às vezes pela sociedade, é exemplo, gente que protege vagabundo e tudo mais, mas é uma arte. O criminalista é uma arte. É, tem que gostar do que faz mesmo, se dedicar muito, aprender muito, todo dia você tá aprendendo uma coisa.</p>

<p>Berenice, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Como foi o início da sua vida profissional?</p> <p>Porque, eu vou te falar, quando eu comecei a fazer o curso de Direito, até o segundo período em queria ser juíza. Lá pro terceiro e quarto eu já vislumbrava a possibilidade de ser promotora. No sexto, defensora. Quando chegou no décimo, a minha única vontade era de passar na prova da OAB. E assim, eu sou casada, tenho dois filhos, são até adolescentes, uma já é maior. E com essa crise financeira que o país está atravessando, eu tive que cortar muitos gastos, inclusive a minha secretária.</p> <p>Atualmente trabalho na área cível, trabalhista e criminal.</p> <p>Pergunta – Você planeja fazer algum concurso?</p> <p>Então, eu tenho que me dividir entre tarefas domésticas, entre o escritório, diligências, audiências, ser mãe, ser esposa. E quando eu termino o dia lá pra 21h30, 22h da noite, sem nenhuma disposição para deitar sobre o livro pra estudar. Mas eu tenho vontade de fazer um concurso público, desde que me dê a possibilidade de eu advogar, porque eu gosto muito.</p>
<p>Douglas, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Como foi a prova da OAB?</p> <p>Eu fiz uma (prova) antes de terminar, quando tava no décimo semestre já podia fazer. E depois em seguida eu fiz outra. Deu mais um tempo eu fiz outra, aí fiquei um ano sem fazer. Aí, fiz quatro vezes contando com essa do final da faculdade. Todas foram mais o menos perto, mas não consegui passar...</p> <p>Sempre trabalhei então é difícil dedicar um tempo específico pra estudar. Vou tentar mais uma vez e estudar, porque senão é dinheiro jogado fora.</p>
<p>Miguel, nov. 2015</p>	<p>Pergunta – Você é satisfeito com sua vida profissional?</p> <p>Sinceramente: o que eu queria mesmo era não trabalhar, mas eu sei que tenho que trabalhar e dos trabalhos possíveis, esse é o que eu mais gosto. Eu tenho total consciência do privilégio que tenho, de ter herdado isso tudo. Eu soube aproveitar também, aproveitar, dentro do possível, as oportunidades que me foram dadas. Tenho total consciência de que foi herdado e de que é um diferencial da maioria das pessoas.</p> <p>Pergunta – Como é o seu dia típico de trabalho?</p> <p>Meu despertador toca às nove, mas eu não tenho pressa. Se eu sei que não tem nenhuma audiência, reunião ou compromisso, eu me arrumo devagar. Sempre fui responsável, mas nunca paguei de “workaholic”.</p>

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Nos excertos selecionados, verificamos que, no geral, os entrevistados se inserem nas áreas Cível, Trabalhista e Criminal, com relativa abertura e flexibilidade. Isso fica mais explícito na passagem de Paulo, ao perceber uma demanda maior por casos trabalhistas, sobretudo pelo lado dos empregados. Assim, os ingressantes exibem a capacidade de se adaptar às demandas que se apresentam nessas áreas. É preciso notar ainda que Berenice e Paulo confirmam dois casos de inserção tardia no mercado de trabalho de serviços jurídicos, possuindo uma trajetória profissional pregressa relevante (Paulo era policial e Berenice trabalhava no ramo açucareiro).

No concernente à construção de expectativas, percebe-se que, para alguns, como Douglas, as chances de inserção futura dependem da aprovação na prova de admissão da OAB. Outro contraste possível se estabelece entre, de um lado, Miguel e, de outro, Berenice, Vitor e Anderson do outro. Enquanto no caso do estabelecido Miguel, observamos seu relaxamento com relação ao futuro profissional, para Berenice e Anderson, o preparo para planos futuros, como realizar um concurso público, depende da possibilidade de se estabelecer profissionalmente e da construção de condições financeiras favoráveis. Algo similar é passível de ser verificado no caso do advogado autônomo Vitor, que, tendo inaugurado um escritório, gere suas despesas e se esforça para angariar uma carteira consistente de clientes.

## Discussão

Nossa discussão buscará primeiramente reconstruir o cenário geral no qual se inserem os nossos entrevistados. Em seguida, faremos uma análise mais aprofundada sobre o público estudado segundo os temas preconizados nas entrevistas.

O processo de expansão dos cursos de Direito veio a ocorrer com maior intensidade a partir de 1995, na esteira da expansão de cursos de ensino superior (BARROS, 2004). Entre 1995-2002, enquanto os cursos de graduação cresceram 130, 3%, os cursos de Direito cresceram 154,9% (CRUVINEL, 2008).

A expansão do bacharelado em Direito ocorreu, sobretudo, no setor privado, com um aumento de 309% entre 1995-2002. No mesmo período, a proliferação dos cursos de Direito foi particularmente intensa nas regiões Sul e Sudeste, com um aumento de 22% e 50%, respectivamente (CRUVINEL, 2008). Entende-se que, na rede pública, os cursos de Direito tendem a abrigar um público socioeconomicamente mais privilegiado, enquanto a rede privada



tende a acolher as classes de renda mais baixa (BARROS, 2004, p. 18). Também há certa propensão de indivíduos oriundos dos estratos socioeconômicos mais baixos estudarem no período noturno, no qual há maior escassez de atividades oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (VARGAS; COSTA DE PAULA, 2013, p. 479). No entanto, é preciso matizar essa observação com a análise de Vargas: entre 2000-2002, 40% dos alunos que fizeram o provão tinham pais com renda acima de 20 salários-mínimos, caindo para 39% no ano de 2003 (VARGAS, 2010, p. 117).

O fato de que a vultosa expansão dos cursos de Direito ocorreu com maior intensidade no setor privado e nas regiões Sul e Sudeste corrobora a correspondência desse panorama geral com o público entrevistado. Assim, é possível construir uma ponte entre os dados quantitativos, que ilustram o panorama geral do ensino do Direito no Brasil, com a pesquisa qualitativa realizada.

A pesquisa qualitativa buscou um conceito aproximativo de classe social, uma vez que entende seus fundamentos a partir da constituição de um estilo de vida (BOURDIEU, 1979). Assim sendo, ele congrega dimensões múltiplas das circunstâncias sociais de um indivíduo, como condição econômica, trajetória educacional, contexto familiar, trajetória profissional, práticas culturais, e assim por diante. Para nossos propósitos, focalizamos na dimensão familiar, educacional e profissional.

Na primeira seção, exploramos os relatos dos entrevistados a respeito de sua origem familiar, tentando compreender sua situação geral e a percepção dos entrevistados sobre a relação do ambiente familiar com estímulos educacionais e a cultura escolar (LAHIRE, 2012). Isto é: de que maneira um contexto familiar específico proporciona circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis aos estudos. Esse tópico também envolve a reflexão sobre a extensão na qual esses estímulos influenciaram a procura pelo curso superior, mais especificamente pelo curso superior de Direito.

As passagens recolhidas a respeito das práticas e da cultura escolar na família de origem ilustram uma clara tendência: muito embora o seio familiar dos entrevistados seja capaz de proporcionar um contexto de relações mais ou menos estáveis e alguns encorajamentos difusos, a maioria não percebe sua família de origem como sendo munida de uma preocupação prática aplicada à trajetória educacional. Tampouco percebem os pais ou responsáveis como aqueles munidos de uma visão racional e estratégica sobre o futuro educacional. Além disso, é perceptível que problemas financeiros ou familiares venham a obstaculizar estratégias educacionais mais ambiciosas e

racionalizadas na juventude. A isto somam-se dificuldades econômicas para financiar os estudos e o acesso a uma rede pública de ensino, por vezes, precarizada. No entanto, quando essa situação não se confirma, a instituição escolar é capaz de reverter algumas desvantagens familiares, como no caso de David.

Não raro, para o público investigado, as expectativas com relação aos estudos superiores estão ligadas às possibilidades de um futuro distinto daquele encontrado em sua origem familiar. Assim, as expectativas de ingresso no ensino superior em Direito e, conseqüentemente, no leque de profissões jurídicas que poderão ser exercidas englobam um roteiro de ascensão social. Com isso, compreende-se que o imaginário da ascensão social em relação à geração dos pais não está exclusivamente relacionado à dimensão econômica, mas igualmente ao exercício de profissões com reconhecimento intelectual. Nesse sentido, um fator importante é que nenhum dos pais dos entrevistados possui curso superior, com exceção de Miguel, que representa nosso caso de contraponto.

No que se refere às experiências durante o ensino superior, observamos uma gama de dificuldades relatadas pelos entrevistados. Aqui, o importante é entendê-las em seu efeito agregado, uma vez que possam se reforçar mutuamente, vindo a moldar concretamente condições de existência. Sob esse aspecto, tanto dificuldades imediatamente econômicas, como o financiamento dos estudos superiores, gastos com alimentação, livros, transporte, quanto àquelas ligadas à incorporação do vocabulário jurídico, com a escrita formal, além de inquietações com o rendimento financeiro futuro da profissão, não podem ser analisadas isoladamente, mas em seu efeito agregado. Em pesquisa sobre estudantes de nível superior oriundos dos meios populares (ZAGO (2006, p. 233) também se observam dificuldades desses alunos em assimilar a matéria acadêmica de seus respectivos cursos.

Ainda no que se refere às desvantagens simbólicas, Chaves e Nunes (2011, p. 61) sugerem que os escritórios mais renomados requerem, além das competências intelectuais explicitamente necessárias ao exercício da advocacia, uma competência performativa de distinção social, além de hábitos culturais refinados. Esse assunto nos reenvia ao próximo tópico: a inserção e as expectativas profissionais.

As entrevistas apontam para duas formas gerais de inserção no mercado de serviços jurídicos: a primeira congrega advogados autônomos. No entanto, há certa polissemia no termo, já que isto pode tanto englobar advogados que abrem seus próprios escritórios, como Vitor, Berenice, Márcio e Paulo –

atuando individualmente ou em pequenos escritórios próprios, ao se aproximarem do modo de atuação do profissional liberal –, quanto advogados que prestam serviços sem carteira assinada para escritórios de maior porte, como é o caso do assistente jurídico Anderson.

A categoria profissional de assistente jurídico vem ganhando relevância como um novo espaço de contratações de bacharéis que ainda não fizeram ou passaram no exame admissional da OAB (SIQUEIRA, 2015). No Brasil, esse espaço de contratações exige o bacharelado em Direito vindo a empregar assistentes, coordenadores de assistentes, estagiários com uma remuneração mensal que varia entre mil a quatro mil reais (SIQUEIRA, 2015, p. 22). Nesse ponto da trajetória de inserção profissional, a constelação de dificuldades narradas pode vir a se colocar como forte obstáculo, como no caso de Douglas, que tentou o exame de admissão quatro vezes sem sucesso. Sua percepção é de “dinheiro jogado fora”, ou seja, de que a aposta nas profissões jurídicas pode ser colocada em xeque como um todo. Sua maior dificuldade é partilhar seu tempo entre os estudos e suas atividades profissionais presentes.

No concernente à desvalorização profissional dos advogados associados, Pereira (2019, p. 37) identifica situações de precariedade mais próximas ao advogado autônomo. Ainda que o argumento não esteja incorreto, o autor acaba por associar mecanicamente a precariedade do trabalho com a condição de autônomo. Nossa pesquisa empírica identificou a condição de precariedade mais próxima dos assistentes jurídicos que prestam serviços sem carteira assinada para escritórios maiores, pois estão limitados em seu campo de atuação profissional, além de terem que lidar com condições precárias de emprego que se impõem. Um indício reside na percepção de que a posição de assistente jurídico não é almejada como atividade no longo prazo (SIQUEIRA, 2015).

É preciso levar em conta a dinâmica entre as chances de atuação do advogado ingressante, a formação da clientela e sua atuação particularmente flexível entre as áreas: Direito criminal, de família, área cível e do trabalho, que são as principais áreas de atuação de nossos entrevistados, sem que eles venham se configurar como área de especialidade única. A frequência de atuação nas áreas do Direito depende da demanda específica que se impõe nelas. Deste modo, Paulo percebe, por exemplo, o possível aumento em casos trabalhistas devido a demissões de empregados formais. Observamos, assim como apontam Chaves e Nunes (2011, p. 55), que a clientela dos advogados autônomos entrevistados comumente se constitui de um público composto de pessoas físicas de baixa solvência e com maior rotatividade.

A segunda forma de inserção seriam os empregados com carteira assinada, verificados nos casos de David e Douglas. Entretanto, eles diferem entre si. Douglas trabalha de carteira assinada como assistente jurídico e ainda não passou no exame da ordem. Já a inserção profissional de David envolve, por um lado, o prestígio e o *status* da universidade pública onde se formou e, por outro, a amizade direta com o parente do desembargador para o qual trabalha. Assim sendo, o curso de Direito de onde provém é um grande critério de seleção por parte de empregadores mais poderosos (CHAVES; NUNES, 2011). Há uma dupla dimensão do prestígio das faculdades de Direito: tanto na circulação de indivíduos das elites jurídicas estabelecidas, vindo a se conformar como eventuais canais de capital social, como o valor simbólico do diploma no mercado de serviços jurídicos.

Na dimensão das expectativas, podemos claramente destacar os tipos de relatos recolhidos em meios aos ingressantes daquele encontrado na trajetória de Miguel. Enquanto os autônomos Berenice, Paulo e Vitor orientam suas expectativas em relação às possibilidades de rendimento financeiro futuro, o que, para Berenice e Vitor, vem a condicionar planos de realização de um concurso, notamos, em Miguel, um relaxamento em relação ao futuro, tendo em vista a redução da carga laboral. Tal relaxamento foi justamente analisado por Pierre Bourdieu (1979) como atributo comportamental próprio do estilo de vida das classes médias estabelecidas e da alta burguesia. Em contraste, ainda que tenha alguma ajuda econômica da família, Vitor percebe o risco de abrir o próprio escritório, sobretudo, no concernente ao estabelecimento de uma carteira de clientes.

Nossa discussão procurou compreender três pontos centrais relativos à proposta de pesquisa: o elo entre contexto familiar de origem e estímulos educacionais, as experiências e dificuldades no ensino superior e, por fim, as formas de inserção e expectativas profissionais. Nossa indagação mais geral foi entender em qual extensão o ingresso nos cursos de Direito corroboraria algum tipo de ascensão de classe. Dentro desse panorama, foi entendido que os elementos que marcam a ascensão econômica e profissional de classe estão além do mero acesso ao curso superior e que o ponto nevrálgico desse processo se encontra na maneira relativamente heterogênea de inserção profissional de nossos entrevistados.

Isto posto, será que algumas das desvantagens encontradas na origem de classe do público entrevistado são atenuadas pelo ingresso nas profissões jurídicas? A pergunta não comporta uma resposta binária. Por um lado, há a ruptura educacional e profissional com o contexto de origem, por outro, o

acesso aos meios privilegiados do mercado de profissões jurídicas vai além do esforço pessoal na profissão ou do mero acesso ao diploma de bacharel em Direito.

## Conclusão

O artigo buscou explicar a trajetória do público que estamos denominando ingressantes das profissões jurídicas. Como demonstrado, seu acesso se deu predominantemente com a expansão dos cursos de Direito, sobretudo, no setor privado. Uma de suas características principais reside, muitas vezes, em serem os primeiros de suas respectivas famílias de origem a adentrar Instituições de Ensino Superior.

Ainda que seja preciso matizar a expansão dos cursos de Direito com a relativa estabilidade do perfil socioeconômico de seus alunos, dentre as “profissões imperiais” (Engenharia Civil, Medicina e Direito) (VARGAS, 2010), ou seja, que abrigam estudantes com maior renda familiar, o curso de Direito é o menos restritivo. Assim, a relação entre classe social e as profissões jurídicas pode cada vez menos ser completamente compreendida a partir de noção de que indivíduos oriundos das classes populares (LAHIRE, 2012), com menor renda e escolaridade na família de origem, são simplesmente excluídos das profissões jurídicas. O binômio exclusão/inclusão perde em relativa significância sociológica.

Assim, como percebeu François Dubet (2015), além do acesso, a democratização do ensino superior depende tanto das possibilidades de ingresso nos cursos mais rentáveis e instituições de ensino mais cobiçadas quanto dos modos de inserção no mercado de trabalho. Os entrevistados externam dificuldades em ingressar nos cursos de Direito nas instituições mais cobiçadas e tradicionais, bem como dificuldades financeiras e educacionais. Por outro lado, o ingresso em instituições de renome pode significar tanto o acesso a um diploma com valor simbólico de raridade no mercado de serviços jurídicos, como o acesso a um capital de relações sociais capaz de proporcionar o acesso a boas posições no Estado e em escritórios de prestígio.

No subgrupo dos autônomos, encontramos dois tipos: aqueles que prestam serviços para escritórios maiores sem carteira assinada e aqueles que constroem seus próprios escritórios ou atuam individualmente. Essa distinção permite ter maior clareza sobre a inserção precária de alguns advogados

ingressantes. Sua incidência parece ser mais forte em meio aos autônomos sem carteira assinada, mas dependentes de escritórios maiores.

Já aqueles que iniciam seus próprios escritórios buscam angariar uma clientela local e exibem flexibilidade segundo a demanda da clientela, além de possuírem maior controle sobre suas estratégias de oferta de serviços. Contudo, essa versatilidade não pode ser apenas entendida sob os termos da mera adaptação, pois também exige um senso prático em perceber as demandas da clientela local e se antecipar a elas. Ademais, nossa hipótese gira em torno da ideia de que a oferta de serviços jurídicos por escritórios dos ingressantes em bairros populares inaugura um espaço relativamente inédito.

Ao mesmo tempo, não foi possível perceber, em meio a esse perfil, a presença de um capital de relações pessoais ou parcerias com agentes-chave em órgãos do Estado e dos grandes escritórios. Sua clientela também não é constituída de grandes empresas ou agentes com poder econômico e político vultoso.

Concluimos esperando termos podido contribuir para o esclarecimento desse fenômeno social e intentamos futuramente estender essa pesquisa teórica e empírica.

**Apêndice A - Relação de entrevistados**

	Raça	Idade	Renda líquida	Ocupação	Região	Universidade
Marcio	Branco	25	R\$2.500	Advogado associado	RS	Uniritter
Vitor	Pardo	25	R\$ 1.000	Autônomo	RS	Uniritter
Douglas	Pardo	27	R\$ 1.180	Assistente jurídico (carteira assinada)	RS	PUC-RS
David	Branco	23	R\$ 8.000	Servidor público	RS	UFGRS
Paulo	Branco	56	R\$ 8.000	Autônomo	RJ	Universo
Anderson	Branco	24	R\$ 1.500	Assistente jurídico (sem carteira assinada)	RJ	Estácio de Sá
Berenice	Parda	55	R\$ 4.000	Autônomo	RJ	Universo
Miguel	Branco	31	R\$ 4.000	Advogado sócio/empregador	RS	PUC-RS

## Referências

- ALCIDES, José.  
(2005). Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(58), 27-45.
- BARROS, Marco Antônio de.  
(2004). Ensino do Direito: Dos primórdios à Expansão pelo Setor Privado. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v.94, n.832, p. 83-99, fev. 2005.
- CORBIN, Juliet; STRAUSS, Anselm.  
(1990). Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. *Qualitative Sociology*. vol.13, n. 1. p. 3-21.
- CHAVES, Miguel; NUNES, João Sedas.  
(2011). As classes sociais já não contam? Advocacia e reprodução social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 66, p. 49-70.
- CRUVINEL, Érica.  
(2008). *Cursos de Direito no Brasil: embates em torno da expansão e do controle do exercício profissional (1995-2002)*. Dissertação (mestrado Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia.
- BOURDIEU, Pierre.  
(1979). *La Distinction: critique social du jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre ; PASSERON, Jean-Claude.  
(1970). *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris, Éditions de Minuit.
- DUBET, François.  
(2015). Qual democratização do ensino superior? *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, maio a ago.
- LAHIRE, Bernard.  
(2002). *Homem Plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Editora Vozes.
- LAHIRE, Bernard.  
(2012). *Tableaux de famille: heurs e malheurs scolaires en milieux populaires*. Paris, Seuil.
- NATALINO, Marco; LOPES, Félix.  
(2020). Introdução à Edição Temática Classes Sociais, Estado e Desigualdades. In: NATALINO, M.; LOPES, F. (Org.). *Boletim de análise político-institucional*. Brasília, Ipea, p. 7-17.
- PEREIRA, Ricardo Bernardes.  
(2019). Expansão universitária e mercado de trabalho: consequências no campo do direito. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 34-58, abr./jun. <https://doi.org/10.1590/198053145788>
- SIQUEIRA, Wellington.  
(2015). *Paralegais na cidade de São Paulo: um estudo sobre processos e discursos de profissionalização*. Monografia (bacharelado Educação). Departamento de Sociologia da Universidade de Federal de São Carlos. São Carlos.
- VARGAS, Hustana.  
(2010). Profissões imperiais. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.15, n.28, p.107-124.
- VARGAS, Hustana; COSTA DE PAULA, Maria.  
(2013). A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p. 459-485.
- VISSER, Ricardo; SIQUEIRA, Gustavo.  
(2022). Os sócios dos escritórios estabelecidos: as trajetórias de oito advogados. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. vol. 10, 2022, DOI 10.19092/reed.v9.675
- (2020). “Defendendo” a sociedade: um estudo sobre as trajetórias de oito juizes. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 56, N. 3, p. 404-416, set/dez 2020

ZAGO, Nadir.  
(2006). Do acesso à permanência no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*. v. 11 n. 32 maio/ago, p. 226-370.

**Recebido em**  
agosto de 2021

**Aprovado em**  
dezembro de 2022